

## Um outro intelectual: perspectivas historiográficas contemporâneas

Another intellectual: contemporary historiographical perspectives

AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009, 544 p.

---

### Francisco Martinho

fcpmartinho@gmail.com

Professor adjunto

Universidade de São Paulo

End. Rua Urano, 65/94B – Aclimação

01529-010 – São Paulo – SP

Brasil

---

### Palavras-chave

História; Historiografia; Intelectual.

284

### Keywords

History; Historiography; Intelectual.

---

Enviado em: 16/5/2012  
Aprovado em: 11/6/2012

A consolidação da profissão de historiador no Brasil passou por uma série de fases e processos de maturação. Na década de 1970, por exemplo, ao mesmo tempo em que eram criados os programas de pós-graduação em história, diversos foram os profissionais que fizeram seus doutoramentos fora do país. Assim, o apoio por intermédio do poder público dava-se em duas direções. Por um lado fortalecia os mecanismos através dos quais a Universidade produziria conhecimento; por outro, na medida em que os primeiros programas de pós-graduação limitavam-se, com honrosas exceções, ao curso mestrado, incentivava seus docentes a se especializarem e estabelecerem contatos no exterior, sobretudo na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. No início da década seguinte, paralelamente a este processo de formação de quadros em Universidades estrangeiras, retornaram ao Brasil historiadores que haviam sido perseguidos pelo regime autoritário. Foram estes os casos, só para falarmos do departamento de história da Universidade Federal Fluminense (UFF), das professoras Maria Yedda Leite Linhares e Eulália Maria Lahmeyer Lobo. E foi neste duplo movimento, formação no exterior e regresso de quadros mais experientes, que o programa de pós-graduação em história da UFF criou seu doutorado na primeira metade da década de 1980. Gradativamente, em diversas regiões do país, foram sendo consolidados mais cursos de mestrado e doutorado, com pesquisas que dialogavam tanto com as experiências locais, específicas de cada região, como também gerais, abarcando temas de outras áreas e mesmo de outros países. Se os contatos externos se mantiveram, o padrão de relacionamento com as universidades estrangeiras foi bastante alterado. Não só porque diminuiu a demanda para doutorados plenos no exterior, como também a própria Universidade brasileira demonstrou um crescente grau de amadurecimento e de interlocução com instituições de ensino e pesquisa na Europa, Estados Unidos e América Latina. Dai também a presença de professores nacionais em cursos e programas de pós-graduação no exterior. Foi este ininterrupto processo de maturação que possibilitou o surgimento do Programa Nacional de Núcleos de Excelência (Pronex), em parceria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com as Fundações de Amparo à Pesquisa de casa estado. Ao mesmo tempo, convênios com Universidades estrangeiras através de programas de indução (CAPES-COFECUB, com a França; CAPES-GRICES, com Portugal) foram se consolidando. O resultado desses convênios é vasto e de excelente qualidade.

O livro aqui em tela é resultado do seminário internacional *Culturas políticas, memória e historiografia* realizado a partir do Projeto Pronex "Culturas políticas e usos do passado: memória, historiografia e ensino de história", realizado na Universidade Federal Fluminense em agosto de 2008. Contando com a participação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, o seminário obedeceu a uma perspectiva interdisciplinar que procurou, a partir das pesquisas específicas de cada autor, abordar e problematizar os conceitos expressos no título do seminário e do próprio livro: *Cultura política, memória e historiografia*. Dividido em sete partes, o livro apresenta uma gama de temas e de problemáticas que, longe de se pretenderem definitivos, procuram sim abrir campos e perspectivas para pesquisas futuras.

A parte I, "Cultura, política e identidade", consta de quatro capítulos. São, na verdade, as conferências pronunciadas pelos convidados internacionais, Jean-François Sirinelli, Phillippe Joutard e Pierre Laborie, além de Serge Bernstein que, convidado, não pôde comparecer ao evento. O texto de Bernstein, "Culturas políticas e historiografia", procura estabelecer uma relação da história política com a história cultural dando ênfase à análise do comportamento dos indivíduos e do coletivo. Jean-François Sirinelli em "Os intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas" aborda o papel dos intelectuais da França e discute a respeito da chamada crise política e ideológica deste segmento. Além de problematizar acerca do pessimismo quanto ao papel a ser desempenhado pelo intelectual na virada do século, havendo mesmo quem chegasse a prever seu desaparecimento, Sirinelli percebe que sua presença no mundo contemporâneo obedece a uma lógica que não é mais a mesma daquela inaugurada com o caso Dreyfus. O "Século dos intelectuais", para usarmos a feliz expressão de Michel Winock (WINOCK 2000), o século de Jaurès, de Sartre ou de Hanna Arendt é agora relativizado por outras formas e modelos de investigação. Phillippe Joutard, no texto "Memória e identidade nacional: o exemplo dos Estados Unidos e da França", destrincha as relações entre memória e identidade nacional a partir da comparação entre dois países com formas de entendimento da memória diametralmente opostas. De um lado a França, evocadora de seu passado; de outro, os Estados Unidos, a construir sua identidade a partir de uma concepção de futuro. Vivências distintas de distintas experiências de modernidade (BERMANN 1987). Por fim, Pierre Laborie em "Memória e opinião" trata de um tema ainda pouco abordado pelos historiadores. Procurando ir além da ideia de opinião como expressa pelos institutos de sondagem, reflete as relações entre história, memória e opinião e seu impacto na história do tempo presente na França. Temas intrigantes, que se correlacionam, e que em larga medida discutem não apenas entre si, mas também com trabalhos de autores que, no Brasil, vêm se dedicando à análise do papel do historiador e do intelectual no século XXI (ALBUQUERQUE JR 2004; CARVALHO 2000).

A parte II intitula-se "Memória e historiografia" e é composta de três capítulos. O primeiro, "Por que Clio retornou a Mnemosine", de Maria Inês Mudrovcic, procura fazer uma abordagem teórica da história do tempo presente e sua relação com a memória. Assim, temáticas ligadas não apenas à história, como também à filosofia, à política e à sociologia, como, por exemplo, a justiça, o campo jurídico e a moral relacionam-se de modo a reaproximar sujeito e objeto como elementos para a construção do conhecimento. Ismênia de Lima Martins e Andréa Telo da Corte assinam o capítulo "Imigração, cidade e memória". No referido texto, a partir da análise de uma comunidade de portugueses em Niterói o texto procura analisar a relação de grupos étnicos com o *outro*. Seus processos de integração e manutenção de identidade. Neste processo, o espaço urbano é entendido como um lugar não apenas de uma, mas de múltiplas memórias. Aqui, percebe-se um imediato e importante diálogo com as já clássicas e conhecidas obras de Sidney Chalhoub (CHALHOUB 2008) e de Gladys Sabina Ribeiro (RIBEIRO 2002). Hebe Mattos, em "Memória e

historiografia no Oitocentos: a escravidão como história do tempo presente” procura analisar as obras clássicas de Francisco Adolfo de Varnhagen, *História geral do Brasil* e de Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial*. A preocupação da autora é analisar como cada autor tratou da escravidão e como esses modelos originais de análise se mantiveram como referência na historiografia contemporânea. Assim, mantém-se o contributo no campo da história da escravidão, com linhas de investigação que se renovam desde a década de 1990.

A parte III, “Culturas políticas e lutas sociais” está igualmente composta de três capítulos. Juan Suriano, em “Cultura e política anarquista em Buenos Aires no começo do século XX” discute o papel do movimento anarquista na capital argentina. Para o autor, se o anarquismo se constituiu na principal referência do movimento operário argentino na virada do XIX para o XX, o declínio dessa ideologia acompanhou o processo de transformação política e social do país, com seus impactos para o mundo do trabalho, com ênfase para o crescente papel do Estado em sua relação com os trabalhadores portenhos. Jorge Ferreira assina o artigo “Entre o comício e a mensagem: o presidente Goulart, as esquerdas e a crise política de março de 1964”. Ferreira procura em seu texto problematizar com as teses que vêm o período de crise do pré-1964 como consequência inevitável de uma radicalização ininterrupta iniciada três anos antes e que havia contado com o apoio do presidente João Goulart. Ao contrário, demonstra a preocupação do presidente em estabelecer uma aliança estável com o centro político. Ao mesmo tempo discute as crescentes tensões advindas com o comício de 13 de maio e a mensagem de Goulart ao Congresso em prol das reformas de base. As decisões tomadas e o caminho em direção ao golpe de Estado evidenciam a riqueza dos trabalhos no campo da história política. Para além da “longa respiração” das conjunturas econômicas, a história política expressa as alterações de comportamento e das correlações de força no curto espaço de tempo. Assim, nada mais distante de 1964 que 1961 e vice-versa, Raquel Soihet, em “Mulheres em luta contra a violência: forjando uma cultura política feminista” aborda a ação do movimento feminista no Brasil ao final da década de 1970. Soihet demonstra que as preocupações centrais da militância feminista à época estavam centradas em temáticas ligadas ao espaço público, como os mundos do trabalho e o associativismo. O universo privado, como a questão da violência doméstica, reivindicado por mulheres recém-egressas ao país com a abertura democrática, ainda não pertencia às referências da cultura política do feminismo no Brasil. Gradativamente, na década seguinte, é que percebeu-se a impossibilidade de separação dos universos público e privado. O estudo de Raquel Soihet, portanto, aponta para uma perspectiva renovadora no sentido de entender não apenas o espaço público, como também o espaço privado, como lugar de demanda, socialização, política e luta pela cidadania. Os temas desta Parte, ainda que específicos e próprios de cada pesquisa original, dialogam com toda uma corrente de historiadores que discutem e analisam os movimentos sociais contemporâneos para além da ortodoxia marxista vigente até meados da década de 1970 (SILVA; BATALHA; FORTES 2004).

A parte IV, "Identidade e política" procura discutir as questões referentes à etnicidade a partir de estudos acerca das populações indígenas em países como o Brasil e a Colômbia. Maria Celestino de Almeida, em "Cultura política indígena e política indigenista: reflexões sobre etnicidade e classificações étnicas de índios e mestiços (Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX)" procura demonstrar como as políticas de extinção das aldeias coloniais encontravam, no Rio de Janeiro, formas de resistência com vistas à afirmação da identidade indígena. Ao mesmo tempo em que seu artigo aponta para as contradições inerentes às classificações étnicas, vistas como construções históricas, é interessante a análise da legislação colonial e de sua apropriação pelos próprios indígenas. Em "As mortes do indígena no Império do Brasil: o indianismo, a formação da nacionalidade e seus esquecimentos", João Pacheco de Oliveira analisa as representações dos índios na poesia, no romance e na pintura do século XIX. Para o autor, a ideia de assimilação presente nas composições artísticas evidencia um esforço no sentido do esquecimento da identidade própria de indígena. Eliane Cantarino O'Dwyer em "Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento" analisa as comunidades negras rurais remanescentes do quilombo de Oriximiná, no Pará. Segundo a autora, a identidade quilombola, construída a partir de escolhas simbólicas desses grupos, é determinante para a conquista de direitos e têm uma dimensão política evidente. Aqui, uma relação clara entre a construção do passado e as demandas do presente. No capítulo "Entre a reivindicação e a exorcização: mobilidade étnica, agentes estatais e políticas multiculturais na Colômbia", Marta Zumbrano analisa, a partir do *cabildo* de Suba, em Bogotá, o fenômeno da "reindigenização" como um processo tenso marcado pelas crescentes desigualdades na sociedade colombiana. Os três capítulos que compõem a presente parte IV do livro abordam, portanto, as relações de proximidade e distanciamento entre as identidades étnicas e culturais com a história política e as questões do tempo presente.

A parte V do livro intitula-se "Culturas políticas no Antigo Regime". João Luís Ribeiro Fragoso assina o capítulo "A reforma monetária, o rapto de noivas e o escravo cabra José Batista: notas sobre hierarquias sociais costumeiras na monarquia pluricontinental lusa (séculos XVII e XVIII)". Conforme anuncia o próprio título do texto, Fragoso aprofunda o conceito de *monarquia pluricontinental* em substituição à *monarquia compósita* conforme defendida por Elliot em seus clássicos estudos acerca do Antigo Regime ibérico (ELLIOT 1992). Nas relações de vassalagem, estabelecidas entre o rei e as elites locais, Fragoso aponta para a importância das estratégias locais que iam além da mera reprodução da obediência determinada pelo poder central. Antônio Carlos Jucá de Sampaio, em "Do bem comum dos povos e de Sua Majestade: a criação da Mesa do Bem Comum do Comércio do Rio de Janeiro (1753)" procura discutir a concepção de *bem comum* e as relações de reciprocidade estabelecidas entre os diversos grupos sociais e entre esses e o rei. Encerra esta parte o texto de Fernanda Bicalho "Cultura política, governo e jurisdição no Antigo Regime e na América portuguesa: uma releitura do ofício de vice-rei do Estado do Brasil". Em seu estudo acerca da administração colonial Bicalho

faz uma análise comparativa com o governo do Estado da Índia e reflete sobre o espaço e os limites de poder atribuídos ao vice-rei. Em todos os textos, portanto, abordagens que apontam para uma revisão do conceito de Estado Absolutista afirmam uma sociedade do Antigo Regime (na metrópole e nas colônias) marcada pelas disputas e espaços de intervenção tanto dos indivíduos como dos grupos sociais. Assim, o modelo caracterizado pela segunda escolástica, na qual a hierarquia entre os diferentes órgãos e grupos sociais era vista como natural, era realidade passível de alteração. Já há muitos anos que historiadores modernistas portugueses e brasileiros procuram estabelecer diálogos e trocas com resultados absolutamente frutíferos, particularmente no tocante à revisão do conceito clássico de Estado Absolutista (CARDIM 1998; CUNHA 2000; HESPANHA 1994; MONTEIRO 2003).

A parte VI intitula-se “Cultura e memória do tempo presente” e procura analisar os movimentos sociais e suas relações com os regimes autoritários e democráticos na América Latina, desde a década de 1960 até os dias atuais. Denise Rollemberg em “Ditadura, intelectuais e sociedade: *O Bem Amado* de Dias Gomes”, faz uma análise das relações que se estabeleceram no Brasil entre os intelectuais de esquerda e a ditadura brasileira. Questionando a noção de *resistência* que tanto dominou as interpretações originárias acerca do regime civil-militar, Rollemberg procura a partir dos conceitos de *ambivalência* e de *zona cinzenta*, caros à historiografia francesa, entender as formas de expressão política da esquerda *por dentro* dos mecanismos institucionais e de mercado existentes quando do regime de exceção. Samantha Quadrat, em “‘Para Tatá, com carinho!’ a boa memória do pinochetismo” discute a permanência de uma cultura política de direita no Chile favorável ao ex-ditador Augusto Pinochet. Em sua análise Quadrat aborda três momentos de consolidação e resignificação de uma memória pró-Pinochet: o golpe de 11 de setembro de 1973, sua prisão em Londres em 1998 e seu falecimento em 2006. Seu texto questiona a perspectiva de uma sociedade absolutamente contrária ao regime ditatorial. O texto de Denis Rolland, “1968 do Rio a Paris, história e memória: registros de sentido e amnésias locais da história comparada” discute os chamados movimentos sociais de 1968 e o lugar da experiência latino-americana. Para Rolland, há um desequilíbrio acerca das análises do período na América Latina que merece e necessita reparação. Enquanto que predomina uma ênfase nos estudos acerca da experiência mexicana, casos como o do Brasil são eclipsados. Ao mesmo tempo, na busca de sincronias, afirma que não sendo única, a experiência francesa necessita ser comparada com outras a fim de que possa sair do limbo da “peculiaridade”. Todos os trabalhos apresentados nesta sessão apontam para as questões aprofundadas por Denise Rollemberg e Samantha Quadrat em livro acerca das razões e da complexidade do consentimento nas sociedades autoritárias (ROLLEMBERG; QUADRAT 2010).

Por fim, a parte VII do livro, intitula-se “Culturas políticas e lugares de memória”. Em seu texto “Cultura política e lugares de memória”, Ulpiano Bezerra de Menezes procura estabelecer uma análise conceitual a respeito da memória da contemporaneidade. Debate em seu texto o papel de construção de memórias

apenas recentemente tratadas pelo historiador, como a memória virtual, cibernética e todo o debate acerca da democratização da informação. A seu ver, a memória perceptível nesses espaços não é mera repetição, merecendo, pois, ser historicizada. Cecília Azevedo, em "Culturas políticas e lugares de memória" debate acerca da construção da memória nos Estados Unidos, de seu papel na identidade nacional daquele país a partir da construção de ícones próprios, para além da própria bandeira. Ana Maria Mauad e Tarsila Pimentel analisam em "A fotógrafa, a cantora e as imagens da boa vizinhança" as imagens acerca do Brasil produzidas pela fotógrafa norte-americana Genevieve Naylor. Procuram demonstrar como, a despeito da exigência de uma cartografia cultural do continente americano, certos agentes produtores de cultura conseguiram romper com as determinações da política cultural dos Estados Unidos. Encerra o livro o capítulo assinado por Norberto Ferreras, "A memória mutante do peronismo: arte e ideias na Argentina contemporânea". Ferreras procura em sua análise entender o peronismo como uma cultura política que incorpora grupos diversos e distintos que se aproximam ao compartilharem as mesmas referências simbólicas e afetivas que compreendem o peronismo. Essas diversas referências Norberto Ferreras procura na literatura, na internet, na pintura e em variadas formas de manifestação artística. Mais uma vez, penso que o modelo elaborado por Quadrat e Rollemberg em obra acima citada contribui de forma determinante para os textos cá apresentados.

290

O livro, a meu ver, demonstra a vitalidade do trabalho do historiador contemporâneo quando estabelecido a partir de dois focos. Por um lado, *por dentro* da história, ao abarcar diversas metodologias e perspectivas teóricas, aproximando história política, história cultural, história econômica, tempo presente. Por outro lado, *por fora* da história, ao ultrapassar seus "canteiros" e dialogar com a política, a antropologia, a sociologia etc. Creio, por fim, que o presente livro demonstra a vitalidade do papel do intelectual. Talvez já não mais do ícone individual conforme referido no início deste texto. E seguramente também não no sentido do "intelectual orgânico" como pretenderia uma abordagem dogmática cara a certa tradição marxista. A produção coletiva que aqui se apresenta provavelmente dá razão ao texto Sirinelli. Se o paradigma individual segundo o modelo Zola havia se esgotado, ele permanece como um esforço que, necessariamente coletivo, não elimina o indivíduo. Por isso a ênfase que procurei demonstrar em uma série de outros trabalhos e estudos – e mais poderiam ter sido citados – que seguramente influenciam e foram influenciados pelo trabalho que aqui resenho.

### Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração do ensaio e do saber histórico. **Locust**: revista de história, Juiz de Fora, v. 10, n.º 2, 2004.
- BERMANN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- ELLIOT, J. H. 1992. A Europe of composite monarchies. **Past & present**, nº 137, Oxford, p. 8-71.
- CARDIM, Pedro. **Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime**. Lisboa: Cosmos, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**: revista de história, Rio de Janeiro, n. 1, 2000.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança (1560-1640)**: práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político em Portugal – século XVII. Lisboa: Almedina, 1994.
- RIBEIRO, G. S. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. 1ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- MONTEIRO, Nuno. **O crepúsculo dos grandes**: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2003.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). 2010. **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. 3 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SILVA, Fernando Teixeira da; BATALHA, Cláudio; FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. 1ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- WINOCK, Michell. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.